

É fundamental comunicar-se com os excluídos

» EDUARDO MEDITSCH

Jornalista e professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A vulnerabilidade da população brasileira à indústria das fake news se deve ao fato de que, em nosso país, a desinformação é estrutural e histórica. O relatório da equipe de transição não trata disso, mas Lula leu Paulo Freire e sabe o quanto as ideias do educador podem ajudar um governo democrático na comunicação com o povo. A recuperação da consonância cognitiva é indispensável à reconstrução do país.

No mesmo sentido em que Darcy Ribeiro diagnosticou o fracasso de nossa educação, a desinformação no Brasil não é uma crise, é um projeto. Faz parte do projeto que pretende a exclusão da maioria da população do exercício da cidadania e do acesso à vida civilizada. Esse projeto transformou a nação numa Belíndia (que tem dentro de si uma pequena Bélgica e uma grande Índia, como ilustrou Edmar Bacha). Nessa nação fraturada, a informação flui apenas para a elite, ao mesmo tempo em que mantém a alienação da maioria. Nenhuma democracia se sustenta sobre tal incomunicação.

A quebra desse paradigma requer uma ousadia que não se viu nos governos anteriores do PT em relação à área de comunicação (mas com que o novo governo se compromete na área da educação). É preciso enfrentar a exclusão também nesse campo. O jornalismo da mídia comercial usa linguagem e sintaxe inexpressivos para a maioria dos brasileiros. O *Jornal Nacional*, da TV Globo — apenas para citar o informativo de maior alcance — com suas tirinhas herméticas, não consegue traduzir para a maioria os temas

complexos de que trata. Assim, ao mesmo tempo em que destaca questões de interesse público, bloqueia o interesse do público por elas, sinalizando que são assuntos restritos à elite.

Independentemente dos suportes que utilizam — analógicos e digitais — os demais órgãos da imprensa dita de referência não fazem diferente. Para o marketing que governa a mídia comercial, às majorias só devem interessar informações sobre violência, esporte e celebridades. Lógica parecida define a programação de cultura e entretenimento das mesmas empresas. Mas, se esse paradigma não for superado, de pouco servirá revigorar a Lei de Acesso para garantir o direito à informação na sociedade brasileira.

Só um jornalismo educador, no sentido freireano, pode incluir a maioria excluída do universo dos cidadãos bem informados. E a Secom tem agora a possibilidade de implementá-lo como política geral, não só como uma especialidade restrita às poucas e limitadas emissoras educativas.

Paulo Freire aponta um caminho para essa experiência ser bem sucedida, o qual passa pela superação do “jornalismo bancário”, com pretensão de enfiar conteúdo em supostas cabeças vazias. Ao invés, sugere que um jornalismo emancipatório precisa estar baseado no diálogo, com pautas trazidas das preocupações da população e problematizadas a partir de suas referências semânticas e sintáticas, para aumentar a compreensão da realidade.

Diálogo que difere da mera publicação de

comentários do público, reproduzindo seus preconceitos, como a mídia comercial tanto faz. O diálogo emancipador passa pelo incansável mas respeitoso questionamento desses preconceitos, para a sua superação, a partir de onde a consciência das pessoas se encontra.

O desafio que isso representa não pode ser enfrentado unicamente a partir dos poucos meios com que a comunicação pública e a comunicação governamental contam hoje. Requer, além disso, uma ampla mobilização nacional: depende do incentivo à comunicação popular e comunitária, do engajamento das universidades e entidades profissionais, entre outras medidas ao alcance de políticas públicas.

Freire demonstrou que comunicação e educação funcionam como vasos comunicantes. Em países civilizados, almeja-se que a escola, a cultura, a ciência e o jornalismo de qualidade sejam acessíveis a todos. No Brasil, essas instituições foram seriamente ameaçadas recentemente. Paradoxalmente, foi o voto dos excluídos de todas elas que as salvou por enquanto, graças à capacidade de comunicação de Lula e à sabedoria dos que não têm cabeças vazias, embora sigam condenados à cultura do silêncio. Mas foi por muito pouco dessa vez, e nada garante que as condições reunidas para tal feito se repitam adiante.

A ousadia na educação, sem dúvida, é fundamental para o nosso futuro, mas só resulta no longo prazo: o futuro próximo depende mais da comunicação. Ou se reverte o projeto de exclusão informacional vigente no país, ou a própria democracia se trumbica.

Reforma tributária: discurso e realidade

» ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA
Membro da Academia de Letras do Brasil, foi auditor fiscal de Minas Gerais.
É autor de *A Reforma essencial*

Reforma Tributária é expressão que, progressivamente, foi se perdendo nas últimas décadas até cair em descrédito. Até no meio empresarial, o discurso de uma reforma profunda, modernizante, estruturante foi substituído pela eloquência do silêncio de ganhos pontuais e subsídios que beneficiam alguns, desconsideram muitos e deixam uma conta a ser paga por todos, com raríssimas exceções.

Permeando essa realidade, o avanço tecnológico pôs fim às fronteiras geográficas para o bem e para o mal. Sem sair de casa, é possível comprar em qualquer parte do mundo. E os tributos? No caso, pode-se dizer que os tributos são apenas um detalhe. Redes atacadistas e varejistas nacionais reclamam, com razão, desse passeio internacional não tributado. Mas elas também invadem o espaço interno a partir de suas bases, alcançam todo o país, impondo derrotas aos pequenos e médios comerciantes locais. E os tributos? No caso, também, continuam a ser meros detalhes.

A questão que se impõe é saber se a PEC 110 (reforma tributária), em estágio avançado no Senado Federal, responde adequadamente aos anseios do país. Segundo o seu relator, o pressuposto básico da proposta é a manutenção da atual carga tributária. Certamente não é isso que a sociedade (empresas e cidadãos) quer e requer.

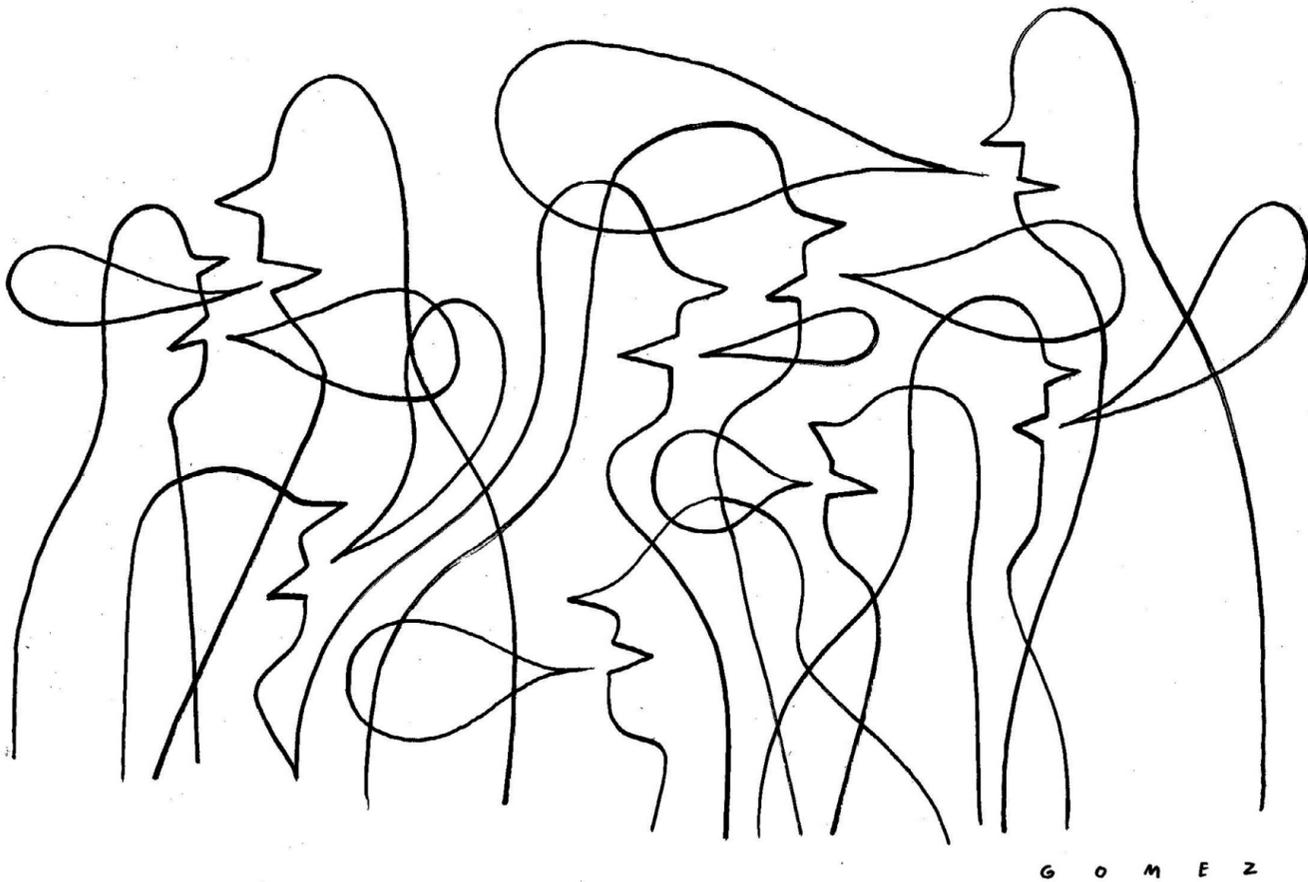
A PEC 110 é farta em fusão de tributos. O ICMS (estadual) se funde com o ISS (municipal). As contribuições PIS e Cofins (ambas federais) se fundem. O IPI desaparece, mas sua receita será recuperada no bojo da Contribuição resultante da fusão de PIS e Cofins. Essas fusões são mera redução do número de tributos. Não resultam em melhoria da qualidade sistêmica, em redução de carga tributária e em simplificação. Em todos esses casos, a elevação da carga tributária — sobretudo para o setor de serviços — é inevitável.

O cronograma de implantação da pretendida reforma tangencia a comicidade. Entre 2025 e 2026, haverá um período de testes. Como investir em um país que carece testar por dois anos a funcionalidade de um “novo” sistema tributário? E o cronograma segue Entre 2027 e 2031, os dois sistemas transitarão em simultâneo por estradas distintas e paralelas, duplicando a burocracia. O destino é o mesmo: pagar imposto.

Enfim, chegamos ao ápice. Entre 2027 e 2066, nesse “curto” período de 40 anos, se daria a “transição entre os entes federativos”. Dá para imaginar o estrago federativo e seus efeitos perversos nas gestões estaduais e municipais, com perda de autonomia e descompasso entre despesa e receita. Só para registrar: A República Federativa do Brasil tem 5.598 entes federativos. Nesse ambiente, não é trivial fazer uma “reforma tributária” de cima para baixo, que desconsidere os riscos federativos.

A proposta em discussão no Senado Federal, farta em transição, é carente de estudos e projeções de seus efeitos, no bolso dos cidadãos, no caixa das empresas ou nos tesouros públicos, especialmente estaduais e municipais.

Em respeito à sociedade (empresas, cidadãos, academia, entes federativos) creio ser necessário o conhecimento prévio de alguns aspectos, como: impactos fiscais (perdas e ganhos dos entes federativos, incluindo partilha dos recursos arrecadados); impactos sobre os contribuintes (grau de complexidade do novo sistema; multiplicidade de alíquotas; bases de cálculo; efeitos diretos e indiretos da carga tributária para PF e PJ). Por fim, mas não menos importante, é de todo aconselhável estimar os impactos nos preços para não comprometer ainda mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a geração de emprego e renda. Aos contribuintes, como sói acontecer, resta pagar a conta.



G O M E Z

O papel da indústria farmacêutica na promoção da saúde no Brasil

» SÉRGIO REITER

Diretor de Relações Institucionais da Techtools Health

A indústria da saúde é uma das que mais investem em inovação no mundo, e essa realidade também inclui o Brasil. Temos inúmeras empresas no país que utilizam tecnologia de ponta para a descoberta e o desenvolvimento de novos medicamentos e ações que impactam diretamente na melhoria dos diagnósticos, da prevenção até o tratamento de doenças.

O Brasil passa por uma transformação digital que se acelerou nos últimos anos devido à pandemia e tudo indica que ainda estamos no começo dessa evolução. O aumento do número de healthtechs brasileiras é reflexo desse crescimento, a partir da diversificação das inovações voltadas aos cuidados com a saúde e o bem-estar das pessoas, mas esses benefícios precisam ser estendidos a uma parcela maior da população. No entanto, o país ainda enfrenta muitas dificuldades em regularizações por conta da rigidez nos requisitos de documentação, integridade dos dados e validação de processos. Avanços no uso de tecnologias digitais podem ajudar a mudar o cenário.

O futuro da saúde passa pela medicina 4P, abordagem baseada nos pilares da prevenção, predição, personalização e participação. É preciso sedimentar um caminho capaz de ajudar pesquisadores, profissionais da saúde e partes interessadas dos mais diversos

setores a se conectar agilmente e estabelecer relações de colaboração mútua. Isso dentro de um ecossistema digital que encurte as distâncias por meio de um tráfego de informação fluído, capaz de sobrepor barreiras tecnológicas, políticas e estruturais, e pautado sobremaneira por elevados padrões de segurança de dados.

Na autoestrada da saúde digital, a medicina 4P pega carona na biarticulada aliança entre a indústria farmacêutica e as empresas de tecnologia em saúde digital, em uma aliança estratégica que concede maior disponibilidade à indústria farmacêutica para focar na evolução do seu core business, delegando a empresas de tecnologia com know-how a viabilização da transformação digital.

Felizmente, no Brasil, temos algumas parcerias desse tipo estabelecidas. Para citar um exemplo, um projeto intitulado Saúde da Mulher digitaliza a jornada de pacientes com câncer de mama por meio de uma plataforma digital, que possibilita uma proximidade com cada mulher na idade alvo, entendendo e monitorando sua navegação como paciente, visando garantir um diagnóstico precoce da doença, que permite alto índice de cura. Tudo isso é obtido usando ferramentas integradas como agendamento inteligente de exames e consultas, teleatendimentos e monitoramento de riscos, acompanhante virtual, entre

outras funcionalidades.

Essa linha de cuidados de ponta a ponta foi possível graças à parceria entre a indústria farmacêutica, uma empresa de tecnologia e a federação de Santas Casas e hospitais filantrópicos de Minas Gerais. O projeto objetiva a transformação de protocolos de sobrevida em protocolos de cura, com aumento da abrangência do rastreamento e do diagnóstico, bem como o tratamento precoce para o câncer de mama.

As parcerias entre empresas de tecnologia e farmacêuticas impulsionam também o desenvolvimento de medicamentos especificamente desenvolvidos a grupos de pacientes, além de testes de diagnóstico que promovem tratamentos assertivos para cada doença. Um dos grandes desafios que a indústria farmacêutica brasileira enfrenta é superar obstáculos para lançar novos medicamentos, especialmente para redução do time-to-market.

A indústria farmacêutica está cada vez mais integrada a AI, robótica, telemedicina e big data, com o objetivo principal de melhorar a experiência do paciente. Não à toa, a quantidade de healthtechs é cada vez maior. Estamos diante de uma grande oportunidade, e as farmacêuticas que se movimentam nesse sentido terão enorme vantagem competitiva.